

IDENTIDADE E JUVENTUDE: (RE)CONSTRUÇÃO E (RE)SIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA ENTRE JOVENS DA COMUNIDADE ADELAIDE MARIA TRINDADE BATISTA DE PALMAS-PARANÁ.



Revista
Desafios

Artigo Original
Original Article
Artículo Original

Identity and Youth: (re)construction and (re)significance of the quilombola identity between youth of the community Adelaide Maria Trindade Batista from Palmas-Paraná.

Identidad y Juventud: (re)construcción y (re)significación de la identidad quilombola entre jóvenes de la comunidad Adelaide María Trindade Batista de Palmas-Paraná.

Indiamara Ferreira Pickler^{*1}, Sonia Maria dos Santos Marques¹

¹ Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus Francisco Beltrão, Brasil.

* *Correspondência: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Campus de Francisco Beltrão. Rua Maringá, 1200 - Vila Nova - 85605-000 - Francisco Beltrão, PR – Brasil e-mail indiamara.pickler@ifpr.edu.br*

Artigo recebido em 06/11/2017 aprovado em 28/07/2018 publicado em 31/12/2018.

RESUMO

Este trabalho apresenta o resultado da pesquisa de Mestrado em Educação, realizada na comunidade quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, de Palmas, Paraná. O objetivo geral foi conhecer e analisar como se dá o processo de construção de identidades pela juventude da Comunidade. Utilizamos como métodos de coleta de dados a observação participativa, diário de campo e entrevistas semiestruturadas, constituindo-se uma pesquisa de tipo etnográfico. A análise dos dados coletados se deu a partir do embasamento em referenciais teóricos que discutem identidade e diferença e suas formas de representação. A partir do conceito de juventude apontado pela própria comunidade, constatamos que os sujeitos definidos como jovens se auto reconhecem como remanescentes quilombola e preservam a cultura de seus antepassados através da religião católica e pela transmissão de memórias e costumes pelos membros mais velhos da comunidade. De acordo com as narrativas de membros mais velhos, os jovens e as jovens tem papel fundamental na continuidade da cultura e na conquista do território. A juventude é compreendida como uma fase de preparação para a vida adulta, de moratória social. Os resultados apontam que a identidade quilombola está intimamente relacionada com a escola, pois é na escola que se fomenta a todo momento a construção dessa identidade.

Palavras-chave: Juventude. Identidade. Quilombola.

ABSTRACT

This work introduces the result of the Master's Degree in Education research carried out in the quilombola community of Adelaide Maria Trindade Batista, Palmas, Paraná. The general objective was to know and analyze how the process of building identities by the youth of the Community. We used as methods of data collection participatory observation, field diary and semi-structured interviews, constituting an ethnographic research. The analysis of the collected data was based on theoretical references that discuss identity and difference and their forms of representation. From the concept of youth pointed out by the community itself, we find that the individuals defined as young recognize themselves as remaining quilombola and preserve the culture of their ancestors through the Catholic religion and the transmission of memories and customs by the older members of the community. According to the narratives of older members, young people play a fundamental role in the continuity of culture and in the conquest of the territory. Youth is understood as a stage of preparation for adulthood, of social moratorium. The results indicate that the quilombola identity is closely related to the school, because it is at school that the construction of this identity is encouraged at all times.

Keywords: *Youth. Identity. Quilombola.*

RESUMEN

Este trabajo presenta el resultado de la investigación de Maestría en Educación, realizada en la comunidad quilombola Adelaida Maria Trindade Batista, de Palmas, Paraná. El objetivo general fue conocer y analizar cómo se da el proceso de construcción de identidades por la juventud de la Comunidad. Utilizamos como métodos de recolección de datos la observación participativa, diario de campo y entrevistas semiestructuradas, constituyéndose una investigación de tipo etnográfico. El análisis de los datos recogidos se dio a partir del basamento en referenciales teóricos que discuten identidad y diferencia y sus formas de representación. A partir del concepto de juventud señalado por la propia comunidad, constatamos que los sujetos definidos como jóvenes se auto reconocen como remanentes quilombola y preservan la cultura de sus antepasados a través de la religión católica y por la transmisión de memorias y costumbres por los miembros más viejos de la comunidad. De acuerdo con las narrativas de miembros mayores, los jóvenes y las jóvenes tienen un papel fundamental en la continuidad de la cultura y en la conquista del territorio. La juventud se entiende como una fase de preparación para la vida adulta, de moratoria social. Los resultados apuntan que la identidad quilombola está íntimamente relacionada con la escuela, pues es en la escuela que se fomenta en todo momento la construcción de esa identidad.

Descriptor: *Juventud. Identidad. Quilombola.*

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o resultado da pesquisa de Mestrado em Educação realizada na Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista de Palmas-PR. Na pesquisa tivemos como objetivo identificar o processo de construção de identidades entre os(as) jovens quilombolas buscando a compreensão do significado do ser quilombola procurando analisar como os jovens se percebem como sujeitos naquele espaço, identificando momentos de contestação, afirmação ou negação da identidade quilombola; analisando como se estabelece a relação entre os mais jovens e os membros mais velhos para a formação da identidade quilombola e identificando os marcadores sociais presentes no processo de construção de identidades pelos(as) jovens. O grupo pesquisado foi selecionado a partir de observações participativas e entrevistas com membros da comunidade escolar e com as lideranças da comunidade, sendo oito jovens: quatro rapazes e quatro moças, com idades entre quatorze e vinte nove anos. A definição de juventude foi identificada e

apresentada pela própria comunidade a partir do contato com a pesquisadora. A busca pelas respostas aos questionamentos propostos foi realizada pela pesquisa de tipo etnográfico com métodos de coleta dados através da observação participativa, Diário de Campo e entrevistas semiestructuradas. A análise dos dados coletados se deu a partir do embasamento em referenciais teóricos que discutem identidade e diferença e suas formas de representação. A partir dos dados coletados e do contato com a comunidade constatamos que os sujeitos definidos como jovens se auto reconhecem como remanescentes quilombolas e preservam a cultura de seus antepassados, principalmente através da religião católica, pela transmissão de memórias e costumes pelos membros mais velhos da comunidade. A escola, a igreja e a família se destacam como elementos chave na construção, transmissão e preservação da identidade quilombola que há pouco foi assumida. Os resultados apontam que a identidade quilombola está intimamente relacionada com o trabalho desenvolvido pela escola quilombola presente no local, pois o trabalho pedagógico é realizado com a

intencionalidade de fazer com que os alunos se auto reconheçam, assumam a identidade quilombola e se orgulhem. Ao concluirmos a pesquisa notamos a importância do papel da identidade na conquista de direitos pelos povos e comunidades negras tradicionais e quilombolas, as quais vêm lutando por visibilidade frente as esferas de poder há anos.

O campo de pesquisa

A comunidade Adelaide Maria Trindade Batista faz parte do Bairro São Sebastião do Rocio, distante cerca de oito quilômetros da área central de Palmas-PR, município que possui população de aproximadamente 47.600 habitantes, segundo dados de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Situa-se em uma área periférica da cidade, considerado como um dos bairros com maior índice de pobreza e desigualdade social. Esta característica social está estreitamente relacionada ao contexto histórico de formação do município¹. O Bairro São Sebastião foi criado pela Lei Municipal nº 10.020/1991, no entanto sua história inicia muito antes. De acordo com narrativas dos moradores, o bairro foi fundado pelos negros escravizados e libertos que se estabeleceram no local por volta de 1826, antes mesmo da cidade existir.

De acordo com a história, transmitida de geração em geração, de forma oral, o bairro foi

fundado pela negra, ex-escrava, Adelaide Maria Trindade Batista, que chegou nos Campos de Palmas no ano de 1836, acompanhando as bandeiras de Zacarias Corte e José Ferreira dos Santos em expedição de colonização. Adelaide trouxe consigo a imagem de São Sebastião, santo ao qual era devota, e junto com outros negros alocados naquela área, fundou a comunidade que deu origem ao bairro.

Foi a partir dos Estudos iniciados pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura² que a comunidade passou a ter dimensão do conceito de etnicidade e a percepção da possibilidade de pleitear benefícios a partir do direito constitucional. O GT-Clóvis Moura, teve como objetivo fazer o levantamento das comunidades remanescentes quilombolas ou “terras de preto”, para que pudessem, além de adquirir visibilidade frente às esferas de poder e sociedade civil, tornar-se alvo de políticas públicas de inclusão social voltadas para estes grupos. Até este momento, tinha-se pouco conhecimento acerca dessas comunidades e imaginava-se existir apenas as comunidades da Invernada Paiol de Telha, que reivindicava seu território ancestral e histórico no município de Reserva do Iguaçu; a comunidade do Sutil e de Santa Cruz, em Ponta Grossa, e algumas no Vale do Ribeira, porém não identificadas.

No trabalho realizado pelo GT-Clóvis Moura, foram identificadas ao todo 86 comunidades, porém, nem todas quilombolas. Destas, 37 já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, das

¹ Palmas é um município imbuído de resquícios do coronelismo, em que poucos, possuem grandes extensões de terras e riquezas, e muitos, quase não tem o que comer. Nos campos de Palmas foi utilizada a mão de obra escrava que ocupavam postos de trabalho nas fazendas de criação de gado e cavalos, embora houvesse uma relação diferenciada entre o escravizador e os escravizados, pois o serviço de pastoreio em grandes extensões de terras requeria certa “relação de confiança”, ainda havia castigos severos e a relação de propriedade. Como em todo Brasil, a sociedade Palmense, compartilhou e ainda compartilha, da ideologia racista, disseminando um conjunto de estereótipos negativos em relação ao negro, fortalecendo a grande desigualdade social existente na cidade. O município de Palmas tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do sudoeste do Paraná. Os dados são do Atlas do Desenvolvimento, elaborado pelas Nações Unidas,

tendo como base o Censo 2010 realizado nos 5.565 municípios brasileiros. Palmas ficou na posição de número 40, entre as 42 cidades da Região Sudoeste Paranaense, com o índice de 0,660. No Paraná, Palmas ficou em 345º lugar e no Brasil, o município ocupa a posição 2.915.

² Grupo de Trabalho que teve origem a partir de demanda levantada durante o I Encontro de Educadores/as Negros/as do Estado do Paraná, realizado em novembro de 2004, organizado pelo Movimento Negro com o apoio do Governo do Estado, foi instituído pela Resolução Conjunta 01/2005-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS e posteriormente ampliado com participação de outras Secretarias e com prazos prorrogados pelas Resoluções Conjuntas 01/2006 e 01/2007-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS-SESU-SEAB-SEJU-SETI-SETP-PMPR.

quais, três estão localizadas no município de Palmas: Comunidade Remanescente Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, Comunidade Remanescente Quilombola Castorina Maria da Conceição e Comunidade Negra Tradicional Tobias Ferreira.

A comunidade, nosso campo de pesquisa, assumiu o nome Adelaide Maria Trindade Batista, como forma de homenagear a matriarca fundadora e por seu nome estar sempre presente nas narrativas dos moradores durante o período de coleta de dados pelo GT-Clóvis Moura. À época, os membros da comunidade acreditaram ser uma alternativa interessante, pois evidenciar suas raízes poderia facilitar no processo de certificação pela FCP. Atualmente reconhecem a importância histórica do nome, entretanto, perderam parte da característica que os identificava, pois o nome São Sebastião está relacionado com a origem do Grupo.

O bairro São Sebastião é composto em grande parte por negros, já foi conhecido como “Rocio dos Pretos”, que consideramos como forma de reconhecimento de diferença cultural, um termo de identificação cultural que exerce um compreensão de oposição binária, o branco contraposto ao negro (HALL, 2013).

Segundo dados da Associação de Moradores da Comunidade Negra Adelaide Maria Trindade Batista, cerca de 100 famílias, número próximo de 300 pessoas, se auto identificam como quilombolas. Observamos que a população negra assume posições de identificação e pertencimento, principalmente a partir do ano de 2007, quando foi criada a Associação de Moradores e que passaram a reivindicar efetivamente os direitos estabelecidos pela Constituição Federal no que diz respeito às comunidades remanescentes de quilombos.

A escolha da comunidade como campo de pesquisa se deu por observarmos que surgiam novos aspectos identitários e novas iniciativas geradoras de

processo de reconhecimento da identidade quilombolas; também, por ser a primeira a receber a certificação pela Fundação Cultural Palmares em 2007 e por ter em seu espaço a primeira escola quilombola do Paraná, atendendo turmas de Ensino Fundamental, que passou a ser Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira no ano de 2009, quando iniciou as primeiras turmas de Ensino Médio.

Escolhas Metodológicas

Inicialmente realizamos pesquisa bibliográfica para identificar trabalhos já realizados sobre a comunidade, percebeu-se que não havia nenhuma pesquisa voltada especificamente para os processos de construção de identidades ligados à juventude. Existem alguns trabalhos desenvolvidos, porém voltados para outros aspectos da comunidade: questões territoriais, memória, políticas públicas e pedagogia do estar junto.

A inclinação pelos jovens para essa investigação se deu pelo fato de não termos pesquisas específicas com estes membros da comunidade, mas principalmente, pelo contato que tivemos quando atuamos em alguns projetos na comunidade, onde tivemos a oportunidade de conhecer e conviver com os jovens e suas famílias. A investigação inicial, ainda enquanto ideia de projeto de pesquisa para o processo de seleção de mestrado, nos levou a descoberta de que não nos constituímos a partir de uma única identidade. Que identidade não é fixa, mas relacional, pautada na visão de si a partir da relação com o Outro. Assim, a forma como cada sujeito se percebe é também em

função de como os outros os veem e está intimamente relacionada com a diferença³.

A partir das leituras acerca de identidades, que segundo Hall (2013, p. 94), “todos os termos da identidade dependem do estabelecimento de limites, definindo o que são em relação ao que não são”, passamos a aprimorar a discussão sobre o problema de investigação, do como acontece o processo de construção da identidade entre os jovens e as jovens moradores da Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista em Palmas – PR, e também sobre as questões de pesquisa:

- a) De que forma os jovens e as jovens se veem enquanto membros de uma comunidade quilombola?
- b) Como se dá o processo de construção da identidade quilombola entre os(as) jovens?
- c) Como os(as) jovens forjam um conceito de identidade? Há momentos de contestação, de afirmação ou de negação da identidade quilombola?
- d) Quais mecanismos são utilizados para a promoção da valorização e fortalecimento da identidade negra e quilombola?
- e) Como se estabelecem as relações entre liderança e os(as) jovens e qual a influência das pessoas de mais idade desta comunidade no processo de apropriação do “ser” quilombola?

Diante do exposto, a pesquisa, em sua configuração, compreendeu os significados atribuídos pelos(as) jovens ao ser quilombola por meio de suas experiências vividas, valorizando seu entendimento da realidade ao qual pertencem.

A partir de um exercício etnográfico, buscamos reflexão sobre as representações, as diferenças e semelhanças, a diversidade em suas vivências, a inserção nas estruturas da vida social, o processo de formação educativa, socialidades e momentos de contestação política. Percebemos esses

aspectos como parte do processo formador de identidades.

Durante o processo de pesquisa, procuramos demonstrar aspectos subjetivos do grupo observado e compreender suas percepções e entendimento acerca do tema proposto: o significado de ser um/uma jovem quilombola. Pois a compreensão individual ou coletiva da identidade é construída por meio do processo de significação das representações de símbolos que compõem as histórias, memórias e imagens que produzimos sentidos com os quais podemos nos identificar.

A etnografia propõe alternativa na compreensão do emaranhado de significados forjados pelo homem que perpassam as estruturas dos conjuntos de sistemas simbólicos. É o que Geertz (1989) apresenta como “uma descrição densa”:

Para o autor, a etnografia não trata de descrever locais, fatos, pessoas ou atitudes, mas de interpretar os significados atribuídos pelos sujeitos, compreender, a partir de suas visões de homem e de mundo, a sua essência, de demarcar quem são, o que pensam, como se sentem a respeito do seu processo de produção cultural.

Neste processo, consideramos o pesquisador não como um ser neutro e desprovido de sensibilidade, pelo contrário, nos colocamos em tarefa de interação com os participantes, compreendendo e se inserindo em processo de empatia. Neste movimento, importa aproximar-se do significado atribuído pelos sujeitos e avistar os fenômenos estudados.

As escolhas metodológicas foram definidas a partir das observações realizadas na comunidade. E o primeiro passo foi percorrer o espaço geográfico, conhecer o Bairro, observar o que havia de comum, de diferente; as ruas, as casas, os acessos, os espaços

³ Utilizamos o conceito não como forma binária de diferença, entre o mesmo e o Outro, mas a diferença enquanto multiplicidade e não unidade. (Hall, 2013).

públicos, a circulação de pessoas, todas as características físicas e sociais do Bairro São Sebastião.

Partimos para a imersão da pesquisadora no campo de investigação de forma profunda, para que fôssemos capazes de perceber questões que poderiam não se evidenciar em breve aproximação. Portanto, a inserção na comunidade se deu de forma cuidadosa, iniciando com as observações do espaço, conversas com pessoas conhecidas da pesquisadora, apresentação aos demais membros da comunidade, participação nas atividades festivas, rituais religiosos e demais espaços que nos possibilitaram acesso a socialidade da vida cotidiana do bairro.

Definir, exatamente, quem são os jovens da comunidade não foi algo fácil. Inicialmente, pensou-se em utilizar o conceito de juventude segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, desta maneira, há uma divisão de faixa etárias da população, de forma que a juventude inclui pessoas na faixa dos 14 aos 29 anos de idade.

A partir do contato mais próximo com a comunidade, passamos a conhecer a realidade das pessoas e percebemos que havia jovens com 29 anos, de acordo com a definição do IPEA, que já não viviam essa realidade, não eram reconhecidos e não se reconheciam como tal. Já estavam casados, tiveram filhos muito jovens, que hoje são pré-adolescentes ou adolescentes. Portanto, fomos a campo para observar e identificar qual era a ideia de ser jovem que a comunidade tinha.

De acordo com as narrativas obtidas durante o processo de pesquisa, a juventude para essa comunidade é estruturada por adolescentes a partir de quatorze anos até vinte e poucos anos e solteiros, observando-se que não há uma idade definida em que termina a fase da juventude. Caso sejam casados/conviventes, deixam de ser jovens e passam para o que definem como adultos. Os (as) jovens

solteiros (as) que têm filhos também estão na categoria de adultos, pois o fato de ter um filho está associado com responsabilidade e capacidade de manter e sustentar outrem.

Em outros momentos conversamos e observamos a comunidade na sua efervescência, durante a tradicional festa dedicada ao santo padroeiro: São Sebastião. A festa religiosa acontece todos os anos no mês de janeiro, no domingo mais próximo ao dia 20, que é consagrado ao santo. A comunidade é em sua maioria de religião católica. Este é um dia de alegria e muita comemoração, dia em que praticamente toda a comunidade se envolve, seja na organização, na cozinha, na churrasqueira assando a carne, nos jogos ou participando da festa. Tudo acontece no pátio de grama em frente à igreja.

Ressaltamos, também, a fundamental importância do registro fotográfico no processo de coleta de dados, pois nos possibilita expor ao leitor uma representação visual a partir do olhar da pesquisadora.

A jornada de aprofundamento no campo empírico partiu da construção de um corpus de pesquisa, que é o mecanismo de ligação entre o tema e o problema. Segundo Bauer e Gaskeel (2002), o corpus de um tema é composto pelos materiais identificados como fontes importantes para que o pesquisador possa aprofundar seu texto. O corpus de pesquisa constitui-se através do conjunto de documentos ou procedimentos utilizados que são evidências da realidade e que permitiram avaliar os fatos a partir dos dados coletados.

Iniciamos a coleta através da observação participativa, sempre com o apoio de um gravador ou de um caderno, Diário de Campo, em que fazíamos as anotações. Após as observações procuramos um local tranquilo para reviver em um processo mental toda a observação, as conversas, as percepções que tivemos durante o transcurso. Escrevíamos com a maior

riqueza de detalhes possível, nos questionando e fazendo observações sobre as nossas percepções. Consideramos este momento como o de maior aprendizado, pois estávamos abertos a novos olhares e procurando iniciar um exercício de “despir-se de si mesmo”, deixando de lado pré-conceitos e construções simbólicas e imaginárias sobre o campo de pesquisa.

Durante o processo de observação procuramos ao máximo apreender as formas de conexões sutis entre a maneira como os(as) jovens se percebem e como percebem o Outro. A partir desta percepção definimos os instrumentos adequados para a coleta de dados. Nos utilizamos, inicialmente, de um Diário de Campo, no qual fazíamos anotações de acordo com nossas percepções. Em seguida, concluímos que a forma mais adequada e que possibilitaria aproximarmo-nos dos(as) jovens seria entrevistas semiestruturadas. Este instrumento oportunizou estreitamento na relação pesquisadora/sujeito da pesquisa. Foram nestes momentos que compreendemos, por meio das narrativas, gestos e olhares; o que era dito, não dito e o que acreditavam que gostaríamos de ouvir. Deste percurso uma percepção constante: o quanto é complexo realizar uma pesquisa desta natureza.

Este processo foi enriquecedor para a pesquisa, pois conseguimos, nesse contato individualizado e próximo, visualizar sentidos, sensações, que nos eram estranhas e não imaginávamos ocorrer. Consideramos que a entrevista foi a melhor escolha como procedimento para coleta de dados.

Quanto a seleção dos depoentes, não houve um processo de escolha específico, foi algo natural, que ocorreu a partir do contato com a comunidade, com os(as) jovens e suas famílias. Neste movimento, percebemos haver maior dificuldade no contato com os jovens rapazes, dificuldade em instiga-los a participar e a expressar suas visões sobre a vivência da

comunidade. Entramos em contato com algumas pessoas que não se sentiram à vontade em participar, sentiram-se envergonhados em falar, fazendo com que convidássemos outras pessoas que aceitaram fazer parte da pesquisa.

Após identificarmos os jovens, iniciamos o contato com os possíveis depoentes. Entramos em contato convidando-os a participar da pesquisa. Apresentamos o tema, questões de pesquisa, nossos objetivos e a finalidade como parte das exigências para obtenção do título de mestre. Explicamos e esclarecemos todas as dúvidas com cada jovem maior de dezoito anos. Já com os menores, conversamos também com os responsáveis e, da mesma maneira, falamos em que consistia a pesquisa e nossos objetivos. Todos concordaram e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a participação na pesquisa através de entrevistas semiestruturadas. Selecionamos oito jovens com idade entre 14 e 25 anos, quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino.

Optamos por não identificar os(as) jovens participantes da pesquisa, pois abordamos momentos de contestação nesse processo de construção de identidades, questões políticas, relacionadas com a visão dos jovens acerca da forma como a comunidade é organizada e conduzida pelas lideranças. Dessa forma, consideramos pertinente não expor os nomes dos depoentes. Serão apenas identificados como entrevistada ou entrevistado, número e idade.

Com a realização dos procedimentos de autorização, marcamos o dia e horário para iniciarmos as entrevistas, todas de acordo com a disponibilidade de cada jovem e em horário e local indicados por eles.

Inicialmente, na primeira fase de coleta de dados, entrevistamos quatro moças: uma de 15 anos, uma de 16 anos, uma de 17 anos e uma de 22 anos. Já na segunda fase das entrevistas, convidamos quatro rapazes: um de 14 anos, um de 19 anos, um de 20 anos

e um de 23 anos. No quadro abaixo apresentamos uma breve descrição de cada um dos jovens. Ao final das entrevistas pedimos para que cada um falasse um pouco de si, de forma bem subjetiva, sobre seus gostos, seus sonhos, o que se sentissem à vontade para compartilhar.

Alguns jovens nos enviaram uma breve apresentação por mensagem em redes sociais ou aplicativos de celular (Facebook e WhatsApp), pois passamos a manter contato após nos conhecermos, outros falaram ao final das entrevistas. Os que ainda não haviam feito essa dinâmica de apresentação pessoal, fizeram em outros momentos que nos reencontramos para esclarecer algumas dúvidas que ficaram em relação a questões pontuais. Deixamos os depoentes bem à vontade para falar o que quisessem. Nos momentos que não sabiam o que falar houve intervenção da pesquisadora que sugeriu que falassem sobre como se sentiam em relação ao fato de pertencer a uma comunidade quilombola, o que é de fato, o foco da nossa pesquisa. Percebemos que nem todos se sentem tranquilos para falar de si mesmos, principalmente os rapazes. As moças demonstram maior desenvoltura e segurança em falar de algo mais íntimo, subjetivo.

Para a seleção dos sujeitos, escolhemos os jovens com alguma participação, mesmo que pequena, em algum setor ou atividade desenvolvida na comunidade. Jovem que frequenta ou frequentou a escola quilombola, grupo de dança, grupo de capoeira, grupo de jovens da igreja, associação de moradores etc.

Inicialmente havíamos cogitado a possibilidade de realizar entrevistas narrativas, porém, fizemos um teste, uma forma de entrevista piloto com outros jovens que não fazem parte do grupo pesquisado. Este teste, ou entrevista piloto, indicou que seria uma técnica fracassada, pois as narrativas foram curtas e na fase de perguntas os entrevistados

não conseguiam se expressar de forma a evidenciar seus sentimentos, suas percepções, somente contavam sua história, dados sobre seus familiares, ou seja, não seriam informações que nos levariam a compreensão do significado da identidade, suas similaridades e diferenças.

Elaboramos então um guia com algumas perguntas, que foi nosso referencial durante a conversa. Embora em algumas entrevistas nem chegássemos a fazer a pergunta, pois ao longo da conversa os depoentes abordavam o assunto, pois as perguntas estavam conectadas entre si, tornando-se um roteiro.

Primeiro orientávamos os depoentes como seria a entrevista, com algumas perguntas, mas que poderiam falar livremente. Também com relação ao uso do gravador, se em algum momento não estivessem a vontade poderíamos desligar.

Todas as entrevistas ocorreram de forma tranquila. Primeiramente pedíamos que falassem seus nomes e suas idades e que contassem sua história de vida. Depois iniciávamos efetivamente com o guia de perguntas. Neste roteiro abordamos questões sobre o que era ser jovem, ser quilombola, sobre a forma de organização política da comunidade, questões de preconceito por ser negro ou quilombola, sobre a relação com os membros mais velhos da comunidade e sobre a importância das narrativas enquanto patrimônio cultural e transmissão da história da comunidade. Também questionamos com relação a escola e o papel da escola na comunidade e a influência em suas vidas e na forma como se relacionavam e construíam suas subjetividades.

Após a conclusão do processo de coleta de dados através das entrevistas, passamos para a fase de transcrição das falas. Foi um processo demorado, mas rico em informações. Um momento em que pudemos ouvir de forma apreciativa e não tão preocupada com o processo de coleta em si, se o gravador funcionaria

de acordo com o esperado, se o entrevistado falaria etc. Conseguimos nos atentar aos detalhes das narrativas, ao tom de voz, que oscilava entre empolgação e desconforto, entre certezas e dúvidas. Revisamos, mentalmente, aquele momento, podendo perceber ditos e não ditos, fazer uma análise profunda dos discursos assumidos, que foram construídos e dando sentido as novas identidades assumidas.

A partir da transcrição e análise dos dados, enumeramos algumas unidades de significados presentes na narrativa de cada um dos entrevistados. Após a análise das entrevistas fizemos o cruzamento desses dados e elaboramos alguns eixos temáticos que estiveram presentes durante as falas dos entrevistados as quais deram origem a quatro grandes temas: identidade e pertencimento; tradição e memória; escola e educação; território/territorialidade e vida política.

Esteve muito presente nas entrevistas, a questão da relação entre construção de identidades e educação. Os jovens veem a escola como um instrumento potencializador da difusão e manutenção da identidade cultural quilombola e valorização do negro. Percebem a escola como instituição capaz de abrir caminhos para que as crianças e os jovens possam adentrar em novos espaços de contestação.

Também abordam o território e a territorialidade como forma de manter a identidade e consideram um mecanismo importante de luta contra o preconceito.

Nas narrativas compreendemos que a identidade assumida pelos jovens não é só uma questão cultural ou de preservação da memória ou de luta contra o preconceito, mas a incorporação da identidade quilombola como uma identidade política.

Percebemos que as identidades são construídas no interior de relações de poder e que toda identidade está fundada sobre uma exclusão. Neste sentido é que estão as marcas do poder. Quando se tem

o poder de incluir e excluir, de afirmar quem pertence ou não a determinado grupo, classificar quem será aceito ou não.

Segundo Silva (2000, p. 83) “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre nós e eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. Neste sentido, funda-se uma oposição binária, enquanto um recebe um valor positivo, o outro recebe um valor negativo, produzindo assim as diferenças raciais, étnicas, nacionais e de gênero.

Neste sentido, é que construímos este trabalho, buscando discutir de forma ampla e profunda as questões de pesquisa, abordando teoricamente os conceitos de identidade e de juventude, estabelecendo relações com os dados levantados durante o processo de coleta de dados e com os temas de análise.

A juventude e os elementos que contribuem com o processo de construção e afirmação da identidade negra e quilombola.

Ao analisarmos o campo de pesquisa, constatamos que a ideia de juventude como um momento de preparação para a vida adulta é muito presente. Durante o período de coleta de dados, inserção na comunidade e observação da dinâmica do local, questionamos alguns membros mais velhos a respeito de quem eram os jovens que viviam naquele espaço e o que entendiam por ser jovem ou juventude. Em suas narrativas, indicavam que este grupo era composto por jovens solteiros, com idade entre quatorze e vinte e poucos anos, sem filhos, evidenciando o pensamento de que o/a jovem ainda não está preparado para assumir funções de responsabilidades na sociedade, como por exemplo

gerar e sustentar filhos. Aqueles que estão situados nessa faixa etária, mas que são casados ou já tem filhos são considerados como adultos.

Destacamos que esta também é a percepção dos próprios jovens, pois quando questionados sobre aqueles que estavam na mesma faixa etária dos/das entrevistados/as respondiam que também eram jovens por causa da idade, mas que os que tinham filhos ou eram casados era diferente, citando sempre a responsabilidade do compromisso de cuidar de outros.

Com relação ao fato do jovem já estar inserido no mundo do trabalho não foi considerado fator relevante, de forma que alterasse a condição juvenil. De acordo com os relatos, tal característica é motivo de orgulho, pois indica que o jovem começa a ter responsabilidades.

A partir da realização das entrevistas tivemos a oportunidade de ficar próximos de todos, o que proporcionou integração com os sujeitos, momentos nos quais ficaram mais à vontade para expor suas ideias e suas percepções sobre a comunidade e sobre o processo de construção de identidades. Durante este processo houve várias narrativas que nos impactaram, como quando questionamos sobre o que era ser jovem e como era ser uma jovem quilombola, a entrevistada nos responde:

Ser jovem, ah, é normal! Agora, ser quilombola e morar no Rocío, é meio difícil as vezes... É difícil por que as vezes a gente se interessa por algum menino que não é daqui. Dependendo de onde ele é já tem um preconceito e não "rola". Eu já vi uns caras falando das meninas do Rocío, que são... fáceis, entende? umas neguinhas sujas, ladronas, que não dá pra dar emprego que sempre roubam.... Ah, falam muita coisa. É meio bizarro! Apesar de quê, os meninos falam de todas as meninas, mas nunca vi ninguém falar dessa forma das meninas dos outros lugares, como pode dizer o que alguém é, só olhando onde mora? (Entrevistada 4, 17 anos, estudante).

Neste momento percebemos o quanto uma identidade pode sujeitar a julgamentos pelo poder da representação e dos significados que envolvem as relações de poder, incluindo o poder de definir quem é incluído e quem é excluído. Conforme argumenta

Woodward (2000), “a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação”, nos tornando constrangidos pelas representações simbólicas e pelas relações sociais.

Nesta narrativa há muitas questões envolvidas, evidenciando a criação e manutenção no imaginário da sociedade a inferioridade da pessoa negra e economicamente desfavorecida.

Observamos em outras narrativas o preconceito sofrido por jovens da comunidade pela cor da pele ou pela identidade quilombola. Nossa entrevistada 1, relata situações em que sentiu o constrangimento:

Eu já sofri preconceito por ser negra em vários lugares, principalmente em lojas e mercados. No mercado parece que sempre tem alguém cuidando se a gente vai pegar alguma coisa, é horrível. E mesmo com amigos (faz sinal de aspas), quando se discute a questão dos espaços ocupados por indígenas e quilombolas. Eu sou a única quilombola na minha sala, mas também tenho um amigo negro, só que não é quilombola, sempre olham pra gente de forma diferente, principalmente quando se discute as questões de cotas. As pessoas acham que isso é errado, que estamos sendo beneficiados e eles não. Ou seja, nós não somos tratados de forma igual, então por que eles querem ter o mesmo tratamento que a gente? Por que as cotas, estão aí para cumprir um dívida histórica e social com os negros, essa coisa horrível que foi a escravidão, e eles não entendem, acham que é injusto e que as cotas estão lá pra tirar as vagas deles nas universidades. Isso fere, querendo ou não (Entrevistada 1, 17 anos, estudante).

Compreendemos a narrativa da jovem entrevistada 1, a partir dos escritos de Barros (2014) em “A Construção Social da Cor”, em que destaca que a percepção da cor da pele é sobretudo uma percepção socialmente construída. A desigualdade, fruto da escravidão, tem sequência e transforma-se em diferença entre negros e brancos, que segundo o autor, “continuou, contudo, a fazer parte das percepções sociais mais significativas”, e segue,

A cor na realidade brasileira pós-colonial, passou a constituir uma diferença que habita o plano da essencialidade social e política. Mas a verdade é que a percepção deste tipo de diferença enfaticamente calcada na cor é uma questão cultural (embora a cor, ou pigmentação da pele, constitua um aspecto natural no sentido biológico). A ‘construção social da cor’ deu-se e dá-se de modo tão

particularmente intenso no mundo moderno que todos – ‘negros’ e ‘brancos’, ou outras cores que se queira acrescentar – aprendem de um modo ou de outro a enxergar o mundo a partir desta e de outras diferenciações, as quais acabam se tornando por isto mesmo socialmente significativas em detrimento de diferenças que só aparecem como relevantes no âmbito individual: cor dos olhos, altura, desenho do rosto, espessura do corpo (BARROS, 2014, p. 51-52).

Na narrativa da entrevistada 1, aliada a característica cor da pele, existe ainda o debate quanto a dimensão da identidade política quilombola, como fator que a faz sofrer discriminação. Ao assumir esta identidade a entrevistada passa a sentir na pele a força do preconceito mas incumbe-se a luta pela causa negra e quilombola, questionando a forma de tratamento dado a si e ao seu grupo étnico.

Após perguntarmos o que era para eles/elas ser quilombola, perguntamos como se sentiam fazendo parte de uma comunidade quilombola e que explicassem o porquê da resposta. Dos oito entrevistados todos responderam praticamente a mesma coisa: todos gostam de fazer parte daquele grupo e todos afirmam que são quilombolas, mesmo os que não residem na comunidade:

Eu sou quilombola mas não moro na comunidade, mas mesmo assim eu adoro conviver com todos lá. Somos uma grande família, nossa relação é um convívio muito bom, por que a gente se respeita, e é aquela coisa assim, é uma alegria, eu me sinto bem estando lá, é uma coisa muito boa. Me sinto muito feliz por ser quilombola. As vezes as gente escuta essa coisas, mas são coisas desnecessárias, que não faz sentido nenhum. Que na verdade nos torna mais fortes, a gente vai lutar pelos nossos direitos, a gente aprende na comunidade que a gente tem que lutar pelos nossos direitos, e é isso que a gente faz no nosso dia a dia (Entrevistada 1, 16 anos, estudante, março de 2016).

Observamos em suas narrativas que todos os entrevistados assumem a identidade quilombola, a qual está representada através dos vínculos com o lugar, com suas histórias particulares e com o simbolismo, o significado da ancestralidade. De acordo com Hall (2006):

Na linguagem do senso comum, a identidade é construída a partir do conhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma

a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão (HALL, 2006, p. 106).

Elemento que nos chama atenção são as narrativas que evidenciam a negação do ser negro ou pertencente ao grupo que era identificado como uma comunidade de negros, não ainda quilombolas. Na fala do entrevistado 5, relata o preconceito sofrido na escola não quilombola em que estudava quando criança, na qual sentia-se excluído e triste por não pertencer aquele grupo escolar.

*Olha, eu quando era criança não gostava muito, viu!? Por que o bairro aqui é muito pobre, tem muito problema com droga, então algumas pessoas falavam mal, chamavam de nequinho do Rocio na escola, **era meio excluído**, eu ficava chateado. Mas hoje eu vejo que aqui é um bom lugar pra se viver, apesar de todas as dificuldades. Aqui a gente tem uma coisa que não tem em outros lugares, as pessoas aqui são amigas, se respeitam, acolhem todo mundo. Depois que a gente **descobriu** que é quilombola melhorou, parece que as pessoas estão se aceitando mais e tendo orgulho disso. Acho bem legal (Entrevistado 5, 20 anos, trabalhador, março de 2016).*

Quando o jovem entrevistado 5 fala sobre o fato de descobrir ser quilombola, refere-se ao processo de pesquisa realizada pelo GT Clóvis Moura, iniciado com o intuito de identificação até a certificação da comunidade pela Fundação Cultural Palmares. E continuam as afirmações nas narrativas dos demais entrevistados:

Acho que nós somos muito felizes aqui, mesmo com toda dificuldade. Tem muitos problemas no bairro, você pode ver quando entra aqui, as ruas cheias de buracos, as casas humildes, tem bastante problema com droga, violência. Mas o povo que é quilombola é mais tranquilo, todo mundo se conhece, se respeita, ajuda os que são e os que não são quilombolas. Hoje posso te dizer que não pretendo sair daqui (Entrevistado 7, 19 anos, trabalhador e estudante, março de 2016).

Podemos compreender que as identidades são também construídas a partir de um discurso e são produzidas por estratégias e iniciativas específicas. Observamos na narrativa do entrevistado 5, quando diz: “Depois que a gente **descobriu** que é quilombola”, a construção da identidade dentro de um discurso específico. Há a produção, através de novos recursos postos pelo reconhecimento da identidade por parte do

Estado, de uma nova visão, não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.

Nos resultados obtidos durante as observações e em conversa com pessoas mais velhas da comunidade, a questão da identidade nomeada como quilombola é recente. Em suas narrativas evidenciam que sempre souberam que descendiam de negros escravizados, porém, lhes faltava a palavra. Como poderemos perceber na fala de Dona Maria Arlete:

A gente sempre soube que era quilombola. Não falava quilombola por que não conhecia nossos direitos ainda, mas a gente sabia que nossos ancestrais eram negros e foram escravizados nesses campos aqui de Palmas (Entrevista com Dona Maria Arlete Ferreira da Silva, realizada em maio de 2015).

Percebemos que as pessoas envolvidas no processo de apropriação da identidade conhecem suas raízes, porém a identidade quilombola é legitimada, de fato, a partir do processo de reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares, podendo ser observada no fragmento de entrevista à rádio local:

*A coordenadora do Programa Brasil Quilombola, Clemilda Santiago Neto explicou que a certificação pode ser comparada a **certidão de nascimento de uma comunidade quilombola**, que passa a ser considerada como tal pelos órgãos do governo no direcionamento das políticas públicas específicas para essas populações. “Para todas as políticas públicas o primeiro documento que se solicita é o certificado emitido pela Fundação Cultural Palmares”, explicou. (Reportagem Portal RBJ)⁴*

Conforme observamos na fala de Clemilda, durante entrevista ao veículo de comunicação local, a certificação é o que efetiva a existência da comunidade frente ao poder público e faz com que os moradores passem a assumir essa nova identidade e afirmar-se enquanto tal.

Para os entrevistados, a apropriação da identidade é sinônimo de respeito de algo a que se

orgulhar. O que é considerado como negativo, provém do exterior, de um Outro, aquele que discrimina. O que é possível notar na narrativa do entrevistado 5, em que diz: “...chamavam de neguinho do Rocio na escola, **era meio excluído**, eu ficava chateado.”

A partir dessa fala identificamos algumas das questões estabelecidas por Woodward (2006) sobre o conceito de oposição binária em se tratando de identidade e diferença. A autora apresenta alguns conceitos e divide-os em diferentes dimensões: a) A identidade envolve reivindicações essencialistas, conforme evidenciamos acima, e que muitas vezes estão baseadas na identidade étnica, na “raça” ou relações de parentesco e frequentemente nas versões construídas ou representadas da história e do passado. b) a identidade é relacional e a diferença é estabelecida por uma demarcação simbólica. c) a relação da identidade com as condições sociais e materiais, onde um grupo é simbolicamente marcado como inimigo, em que o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais. d) o social e o simbólico, os quais se referem a processos diferentes, mas ambos presentes na construção e manutenção das identidades. Por exemplo: a marcação simbólica através das práticas e relações sociais definem quem é incluído e quem é excluído e é por meio dessas classificações que as diferenças são vividas nas relações sociais. e) a compreensão da identidade dentro de sistemas classificatórios e suas divisões em pelo menos dois grupos: “nós e eles”, neste caso, quilombolas e não quilombolas. Essas questões fornecem elementos para compreender como as identidades são formadas e mantidas.

Ao examinarmos os conceitos, compreendemos os significados envolvidos no estabelecimento de fronteiras que definem quem é

⁴Fonte: Reportagem RBJ <http://www.rbj.com.br/cultura/fundacao-palmares-reconhece->

quilombola e o que é ser quilombola. Ser quilombola, para este grupo, está relacionado com afirmação de sua ancestralidade negra e com a opressão histórica sofrida, e para os mais jovens esse elemento se torna cada vez mais claro e mais presente em seus discursos, quando afirmam que lutam por seus direitos. Do grupo de entrevistados, todos conhecem, mesmo que superficialmente a legislação que assegura os direitos aos remanescentes quilombolas à preservação da cultura, da identidade e o direito à titulação das terras ocupadas, tornando-se este, um princípio onde os jovens forjam o conceito de identidade quilombola.

Um aspecto que é considerado como fundamental no processo de construção e da identidade negra e quilombola são as narrativas. As histórias contadas pelos mais velhos sobre como era no passado, as histórias que ouviam dos pais e avós e que hoje são transmitidas aos mais jovens. De acordo com o grupo entrevistado, o presente e o passado estão ligados através das histórias contadas:

Através das histórias que a minha vó sempre conta. Quando a gente era menor, nos dias de frio, ficava todo mundo em volta do fogão a lenha e ela contava como era quando ela era jovem. Elas lavavam a roupa no rio, socavam no pilão, as casas eram de chão de terra. Ela contava que tinha uma escrava numa fazenda que tinha que ir buscar brasa na mão pro patrão acender o cigarro e ficar segurando até ele tragar e pegar o fogo, ela tinha a mão toda queimada, uma coisa horrível (Entrevistada 3, 15 anos, estudante, março de 2016).

A preservação da memória ou transmissão da memória é um dos principais elementos abordados durante as narrativas dos/das jovens participantes da pesquisa. A comunidade, após a intervenção do GT Clóvis Moura, começou uma busca por memórias ao passo que necessitava comprovar suas características e relação com ancestrais quilombolas, necessárias para reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares.

Esta rememoração, não são lembranças individuais. Inicialmente, ao pensarmos sobre a memória, parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Entretanto,

como aponta Halbwachs (1990), a memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como construída coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Podemos confirmar este elemento através das lembranças acerca da figura da matriarca e fundadora da comunidade, Adelaide Maria Trindade Batista. Todos falam a respeito dela e a reconhecem como se tivessem vivido naquela época e convivido com Adelaide, isso é o que Pollak (1992), chama de viver um acontecimento por tabela:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p.2).

Portanto, ao constituir memórias através de acontecimentos realmente vividos ou vividos por tabela, o sujeito além de transmitir estas memórias também transmite elementos identitários, com os quais o grupo se identifica e dá continuidade. Neste sentido, observamos a responsabilidade depositada nos mais jovens, considerados os sujeitos que darão continuidade ao processo de transformação social. A conquista de direitos previstos em lei e as ações e políticas públicas voltadas para as questões quilombolas (coliga identidade étnica e garantia de direitos territoriais) constituem projeto social que o grupo espera que seja assumido pelos jovens.

Quando questionamos Dona Arlete, uma das lideranças da comunidade, sobre o que espera dos jovens de hoje, nos responde:

Eu acho que o jovem tem um papel fundamental na continuidade da nossa comunidade, da nossa história e da nossa luta. São eles vão passar a diante tudo o que nós aprendemos com os nossos pais, o que nós ensinamos para os nossos filhos e assim por diante. Eu tenho netos que já são adultos, como a Maria Isabel, que é pedagoga na escola, o Beto que você também conhece. A Isabel lá na escola, faz um trabalho de preservação da nossa identidade e da nossa cultura, da cultura negra, mesmo que muitos que frequentam a escola não são quilombolas e nem são negros. Eu acho que é importante que todos conheçam e respeitem a nossa história. Os meus bisnetos também, que já são adolescentes, todos eles sabem o que é ser quilombola e que nós temos muito ainda pela frente. Eu não sei se vou chegar a ver a titulação das nossas terras aqui, mas eu sei que meus netos vão ver, e cabe a eles continuar o que nós conquistamos até aqui (Maria Arlete, 74 anos, entrevista realizada em maio de 2015).

Nesta fala de Dona Arlete, podemos identificar a concepção de juventude como uma outra geração também a questão da moratória social, do papel do jovem como um vir a ser. Ao passo que devem dar continuidade ao trabalho realizado pela geração anterior, ainda não se envolvem nas questões políticas da comunidade, como no processo de titulação das terras. O envolvimento nestas questões se dará quando forem adultos e quando as lideranças não estiverem mais presentes ou em condições de pleitear esses direitos.

Embora os/as jovens não tenham participação ativa nas questões políticas da comunidade, alguns demonstram interesse e gostariam de participar de forma efetiva no espaço de decisões. Quando questionados a respeito da forma como as lideranças conduzem a associação e a comunidade, percebemos que há divergências. Há os jovens e as jovens que concordam com a maneira como ocorre os processos de decisão política e organização da comunidade. Esta é a postura assumida pela maioria dos(as) jovens entrevistados, principalmente os que tem algum laço de parentesco com a família da líder Dona Arlete. Por

outro lado, existe questionamentos por parte de três jovens, os quais discordam da forma como ocorre o processo de escolha para a presidência da Associação Quilombola, ficando evidente quando questionamos se consideram importante algum tipo de mudança na organização da comunidade:

Sim. Considero que seja importante mudar algumas coisas. Por que talvez por ser um núcleo familiar, querendo ou não, a cultura dos quilombolas tem uma relação muito familiar, a gente é meio parente um do outro. Mas acho que não pode é deixar só em uma família. Eu acho que devia ter um momento de cada família. As vezes por que também, estraga o convívio entre as famílias, por que tem aquela disputa pelo poder, e isso é ruim (Entrevistada 1, 16 anos, estudante, março de 2016).

A partir das narrativas, entendemos que a questão da liderança assumida e reproduzida por uma única família gera desconfortos e tensionamentos entre os quilombolas, porém a crítica não é feita na forma de enfrentamento, tudo ocorre de forma muito sutil e velada. Percebemos que a figura de Dona Arlete e o que ela representa para a comunidade é o que mantém o equilíbrio e as posições de aceitação, o que no futuro poderá gerar conflitos mais intensos.

Outro elemento observado através das narrativas, são os valores simbólicos presentes no território e que geram relações de identidade e o sentimento de pertencer ao local. Bonnemaïson e Cambrèzi (1996) reforçam que, “o poder do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos” (BONNEMAISON E CAMBRÈZI, 1996, p. 10).

Neste sentido, compreendemos o território, de início, como um espaço cultural de identificação ou de pertencimento, sendo que sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território traz em si a noção de poder e afirmação identitária.

De acordo com as narrativas das jovens e dos jovens entrevistados a construção da identidade territorial possui também uma dimensão de memória coletiva, construída em torno do passado para

confirmar a diferença e construir uma nova identidade: a identidade quilombola atual.

Esta nova identidade territorial quilombola é construída valendo-se do reconhecimento de uma origem comum, ou de características que são partilhadas por aquele grupo ou ainda com base em um mesmo ideal. O passado transforma-se numa narrativa atrelada aos interesses do presente como forma de reafirmar essa identidade.

A conquista do território, mesmo que ainda distante, e gerando dúvidas de como vai ser quando houver a titulação das terras, é vista como uma vitória, seja pela conquista do pedaço de chão, pela nova identidade, pela relação com os Outros, externos a comunidade, como pela continuidade da luta e conquista de novos objetivos em vista de melhorias no espaço ocupado.

A memória e a tradição são elementos novamente citados pelos sujeitos da pesquisa como uma forma a preservação da memória e da tradição negra e quilombola e consequentemente elemento formador da identidade.

Conforme aponta Pollak (1992, p. 204), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, “na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si”. A memória é o elemento que legitima a identidade e que dá o norte na construção desta.

Halbwachs (1990) contribui significativamente para a discussão das identidades territoriais, pois enfatiza a relação entre memória e lugar e também quando afirma a existência de um dinamismo nas memórias coletivas, pois estão se modificando e se definindo, transformando-se de acordo com a interação e inserção dos sujeitos com outros grupos sociais.

Em nosso campo de pesquisa observamos como elemento que contribui para a construção do

sentimento de identificação com o lugar o que Hall (2011, p.54) apresenta quando refere a cultura nacional como um discurso, que é representada a partir de uma série de símbolos e personagens que traduzem uma espécie de essência que ela tenta constituir. Para o autor a narrativa é contada de várias maneiras e um dos aspectos que dá ênfase às “origens, às continuidades, à tradição e à intemporalidade”.

Outro elemento trazido por Hall (2011), com base em Hobsbawn (2002) é a questão da “invenção das tradições”. Para o autor uma tradição inventada é “um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, objetivam inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado” (p.09).

Hobsbawn (2002), aponta que os grupos que precisam de coesão criam, pelo passado, rituais e imagens, e buscam fortalecer no presente uma função identitária e simbólica, de fácil percepção, corroborando com a afirmação de Hall (2011), de que é pelo discurso que se opera a construção/desconstrução de identidades.

A escola também desempenha um papel fundamental no processo de construção e afirmação das identidades negra e quilombola. A Escola Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira está presente no espaço da comunidade desde o ano de 2009, quando teve a autorização da oferta do Ensino Fundamental através da Resolução nº 2580/09 de 04 de agosto de 2009.

Após a criação da Associação Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista no ano de 2007, houve a organização da comunidade tanto no processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares como para a instalação de uma escola quilombola no local.

Inicialmente a escola contava apenas com turmas de ensino fundamental, tendo autorizado o

funcionamento do Ensino Médio no ano de 2013, através da Resolução 231 de 16 de janeiro de 2013. Com isso foi adequada a nomenclatura da instituição às exigências do Estado do Paraná, passando a denominação de Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira.

Atualmente, segundo dados da Secretaria de Estado de Educação, o Colégio possui 281 matrículas, distribuídas em 12 turmas de ensino fundamental-séries finais, e 6 turmas de ensino médio. Além do colégio estadual, estão em funcionamento no bairro São Sebastião mais duas escolas municipais: Escola Municipal São Sebastião e Escola Municipal Tia Dalva - estas voltadas para o atendimento da demanda da Educação Infantil e Ensino Fundamental – Séries Iniciais.

Embora o Colégio já tenha relativo tempo de existência e número significativo de estudantes, suas atividades funcionam em uma estrutura muito pequena, cedida pela prefeitura municipal.

Quanto aos profissionais que atuam no colégio, são em sua maioria, professores e técnicos administrativos contratados em regime temporário, através de processo seletivo simplificado, o que torna difícil a continuidade no trabalho iniciado a cada ano. Apesar de a comunidade ter autonomia na escolha dos profissionais, através de um processo de Entrevistas e da Carta de Anuência, nem sempre os profissionais classificados no processo seletivo simplificado são os mesmos dos anos anteriores. Segundo relato das pedagogas do Colégio,

o que é mais difícil com relação aos profissionais temporários é que a maioria não é da comunidade e não conhece a proposta curricular da escola quilombola. Alguns se integram e desempenham um trabalho fantástico, porém, outros, estão na escola por não ter conseguido pegar aulas nos locais que gostariam, o que dificulta a realização do trabalho, pois a nossa proposta é que se trabalhe em todas as disciplinas e durante todo o ano a temática negra, afro-brasileira e indígena e não somente na semana da consciência negra em novembro, que é o que acaba acontecendo nos demais estabelecimentos (Diário de Campo, maio de 2016).

A direção do Colégio até pouco tempo era conduzida por profissional que não era da comunidade ou do bairro São Sebastião, essa era uma das reivindicações trazidas pela comunidade. Segundo os moradores, sentiam a necessidade de ter alguém na direção do colégio que fosse quilombola e fizesse parte do local, pois acreditavam que era necessário ter uma pessoa que compartilhasse da identidade quilombola como referência no ambiente escolar. Com a aposentadoria da pessoa que estava há alguns anos no comando, quem assumiu foi a professora Marli, moradora da comunidade e quilombola.

Seguiu-se essa lógica também com a equipe pedagógica, mesmo que os profissionais não fossem concursados, deveriam ser quilombolas ou pelo menos morar no bairro. Com essas mudanças foi possível estabelecer novas diretrizes na escola, no sentido de cumprir efetivamente a proposta pedagógica para a educação quilombola do Estado do Paraná e realizar com maior intensidade o trabalho de construção da identidade negra e quilombola e o fortalecimento dessa identidade, pois a escola é apontada como o principal espaço responsável pela preservação e valorização da cultura e da memória afro-brasileira.

O objetivo geral da proposta pedagógica para as escolas quilombolas da rede estadual de educação do Estado do Paraná, é apontar princípios e orientações para a organização e consolidação de práticas educativas que associem escolarização, educação das relações étnico-raciais e etnodesenvolvimento sustentável e solidário, que tem como finalidade a promoção da igualdade social e étnico-racial. Hoje, no Paraná, existem dois colégios estaduais quilombolas, o Colégio Maria Joana Ferreira de Palmas e o Colégio Diogo Ramos, na Comunidade Remanescente de Quilombo João Surá, no município de Adrianópolis, Região do Vale do Ribeira.

Ao questionarmos os entrevistados se havia algum tipo de incentivo por parte da comunidade para a preservação da cultura negra e quilombola, todos citaram a escola como o local que produz esta subjetividade. Percebemos a existência de experiências significativas que potencializam a apropriação da identidade, pois a escola faz uma abordagem que envolve aspectos do passado histórico, das produções do presente e das potencialidades futuras. A educação quilombola é compreendida como um processo amplo, que inclui a família, a convivência com os outros, as relações com o sagrado e as vivências na escola.

Nesta perspectiva de valorização da cultura são trabalhados aspectos como a elevação da autoestima dos alunos quilombolas, as origens africanas, o direito a titulação das terras, etc., todos estes elementos trazidos para o espaço escolar ajudam no fortalecimento político da comunidade. São desenvolvidas atividades escolares com intuito de difusão da cultura quilombola na comunidade, a qual une aspectos do passado a costumes do presente que constroem e reconstróem uma nova identidade.

Neste sentido, entendemos a escola como um forte dispositivo capaz de contribuir com o debate acerca da diversidade cultural, racial e social brasileira, o que não se restringe somente a população negra. Isso é possível por meio de políticas públicas, as quais são entendidas como mecanismo de reparação histórica pelo período em que houve a escravização de negros no Brasil. Percebemos a importância que a escola dá ao cumprimento das exigências legais conferidas aos sistemas de ensino pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 e através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, organiza o ensino de forma a promover os conhecimentos tradicionais, valorizando as características próprias da comunidade.

A escola também é uma importante instituição para a desconstrução do racismo, preconceito e discriminações. A partir da Lei 10.639/03, posteriormente com a Lei 11.645/08, foram dados os primeiros passos na direção da construção de um ambiente escolar apto a debater as questões étnico raciais.

Nesta pesquisa, compreendemos a escola como o elemento capaz de construir subsídios necessários para a comunidade fortalecer suas identidades negra e quilombola. Entendemos que é através dos profissionais da educação que este objetivo será alcançado, no entanto faz-se necessário que ocorra a efetivação da Lei 11.645/2008 de forma a enriquecer a prática pedagógica. Essa não é uma necessidade somente da educação escolar quilombola, mas de toda a educação brasileira, começando pelos cursos de formação de professores.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais (2005, p. 24), as ações educativas de combate ao racismo e a discriminação tem como finalidade organizar, expor e divulgar os valores, pensamentos, jeitos de ser e de viver dos diferentes grupos étnico raciais brasileiros, particularmente dos afrodescendentes.

Nesse sentido a escola assume o compromisso de posicionar-se em relação as práticas de preconceitos dentro do ambiente escolar e trabalha para a construção de um ambiente que valorize as diferentes culturas, práticas culturais e as diferentes identidades, sobretudo a identidade negra e quilombola.

CONCLUSÃO

Ao encerrarmos a pesquisa, percebemos que a temática abordada está longe de chegar ao esgotamento. Ainda há muito o que observar, o que analisar e o que escrever em diversos aspectos sobre a comunidade Adelaide Maria Trindade Batista,

principalmente por ser uma comunidade que está a todo momento construindo e reconstruindo identidades de acordo com o que lhe é imposto por agentes internos e externos.

Percebemos que os sujeitos desta pesquisa, estão se identificando e preservando a cultura que lhes foi apresentada como cultura de seus antepassados e essa é uma das exigências para uma comunidade ser reconhecida como quilombola e ter seus direitos garantidos. Os jovens rapazes e as jovens moças valorizam o local onde vivem, suas tradições, especialmente as religiosas, seus costumes, seus modos de viver e conviver, suas memórias construídas coletivamente, trazendo para si como uma forma de continuidade para as próximas gerações.

No espaço ocupado na comunidade, os/as jovens se sentem acolhidos e gostam do local onde vivem, porém questionam a falta de recursos e políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, especialmente saúde e educação.

A partir das entrevistas e do convívio com as pessoas daquele local, percebemos que a apropriação da identidade negra é mais antiga e mais forte que a construção da identidade quilombola, esta é algo recente, hoje é muito valorizada e está presente nos discursos como forma de afirmação para a conquista de direitos que se tornaram visíveis há muito pouco tempo.

Há em diversos momentos a preocupação em promover a valorização da identidade negra e quilombola pelos membros da comunidade, principalmente de mostrar ao Outro, que existe ali resistência, valorização e afirmação da negritude e da identidade quilombola. Quando estivemos no campo de pesquisa, percebemos que os discursos se intensificavam a cada entrevista, e depois viemos saber que os jovens conversavam entre si e já sabiam quais seriam as perguntas realizadas pela pesquisadora. Diante desse movimento, chegamos à

conclusão de que se auto afirmar é uma estratégia de tornar-se reconhecido pela identidade e consideraram importante afirmá-la a qualquer um que esteja interessado em conhecer a dinâmica do local.

Embora os jovens demonstrem que conhecem sobre o processo necessário ao pleito de direitos, estes não participam efetivamente, apenas são espectadores e aguardam a vida adulta para participar. Também não lhes é aberto o espaço e não há iniciativas e convites incisivos a participação. Esta é uma das características que mais evidencia o aspecto de moratória social adotado pela comunidade.

A influência das lideranças e membros mais velhos da comunidade na formação identitária dos mais jovens é visível, principalmente com relação as lideranças femininas: Dona Arlete e Dona Cida. Estas, são respeitadas e admiradas por todos os/as jovens, tanto que não há contestações com relação as duas senhoras. Já com relação a liderança da associação quilombola existem críticas sobre a condução da comunidade, o processo de escolha dos representantes e por serem sempre as mesmas pessoas, ou pessoas da mesma família.

A invisibilidade da comunidade, enquanto grupo cultural, diante do poder público e dos demais moradores do município é evidente. Grande parte dos munícipes não sabem se quer, que existe um processo de reconhecimento e titulação de terras quilombolas em andamento.

O local ainda é referenciado como Bairro Rocio ou Bairro São Sebastião, tanto pelos moradores como pelos Outros. Essa foi uma consequência em assumir o nome de Adelaide como homenagem, o que consideramos como uma descaracterização ou desconstrução de uma identidade que já estava presente e já havia sido assumida que agora tonou-se necessário um trabalho de construção e reafirmação em cima dessa nova nomenclatura.

A questão do território é algo delicado, observamos o valor material e imaterial para a comunidade, mas que tem gerado diversos conflitos com demais moradores não quilombolas e que possuem imóveis na área reivindicada. Esses conflitos têm gerado para a juventude situações de constrangimento pelo preconceito sofrido em ambientes frequentados, como círculo de amigos e escola.

Os sujeitos pesquisados são pessoas que passaram pela escola quilombola e que a consideram como o grande elemento influenciador na construção e afirmação da identidade negra e quilombola. Todos, em algum momento deixam evidente que suas posturas e o conhecimento acerca da temática foram produzidos na escola.

Consideramos que a identidade quilombola vem da escola, esta é o elemento que fomenta a todo momento a construção dessa identidade. A luta pela titulação da terra e por melhores condições para a comunidade é algo que passa pela escola enquanto ponto de encontro, enquanto referência e local de socialização deste grupo. As pessoas que estão à frente da escola são as mesmas que integram a associação da comunidade e são as mesmas que efetivamente trabalham pela titulação do espaço ocupado. Portanto, podemos afirmar que sem o trabalho realizado pela escola no fomento da identidade não haveria uma comunidade efetivamente reconhecida e auto reconhecida como quilombola.

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BONNEMAISON, J. e CAMBRÉZY, L. *Le lien territorial: entre frontières e Identités*. Géographies et

Cultures (Le Territoire) n° 20. Paris: L'Harmattan, 1996.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização Alexandre de Moraes. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Publicado no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 1996.

BRASIL, Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Publicado no Diário Oficial da União em 10 de janeiro de 2003

GERRTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. **Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010**. Curitiba, PR: GTCM, 2010.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo-SP: Vértice, 1990.

HALL, S. **Quem precisa de identidade?** In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 11. ed., 1. Reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALL, S. **Da Diáspora: identidade e mediações culturais**. 2. Ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.